

**A UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS ANTECIPA-SE
NO ESTUDO DE DIREITO AGRÁRIO
EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO**

A Universidade Federal de Goiás, que já possui um Curso de Especialização em Direito Agrário, instalou agora o Curso de Mestrado em Direito Agrário, já no segundo semestre de funcionamento:

O Curso de Especialização, aberto a graduados em Direito, com duração de quatro semestres, tem preparado uma geração nova para os embates em disciplina da máxima importância no interior do Brasil, qual seja o Direito Agrário.

O Curso de Mestrado, cuja montagem levou alguns anos, é aberto a graduados em Direito e em Cursos Superiores de áreas afins ao Direito Agrário.

Sua primeira Turma — a atual — iniciou-se com vinte e dois alunos, dos quais quatorze são professores universitários. Neste segundo semestre está reduzida a dezoito alunos.

Note-se que não se trata de um Curso de Direito Privado, com concentração em Direito Agrário; o Curso é, todo ele, de Direito Agrário, abrangendo as matérias que lhe possam ser básicas.

São três as áreas de concentração: uma, sobre Propriedade e Posse do imóvel rural, abrangendo, inclusive, Direito Agrário Penal; outra, sobre Política de Desenvolvimento Rural; e a terceira área de concentração, sobre Trabalho Rural e sobre Previdência Social Rural.

Este Curso de Mestrado em Direito Agrário, que é o primeiro no Brasil, tem, em seu corpo docente, três professores da Faculdade de Direito, seis professores da Escola de Agronomia, da Universidade Federal de Goiás, além de professores contratados fora, de outras Universidades, contando, já nos dois primeiros

semestres, com o magistério dos professores RAFAEL AUGUSTO DE MENDONÇA LIMA e FRANCISCO DOS SANTOS AMARAL NETO, ambos da Universidade do Rio de Janeiro.

OS GRANDES EVENTOS DO INSTITUTO DE DIREITO COMPARADO LUSO-BRASILEIRO

Cumprindo seu amplo programa de atividades, o Instituto fez realizar em 1987 várias reuniões de caráter cultural.

Em Lisboa, no mês de janeiro, juristas brasileiros e portugueses debateram, em congresso, aspectos básicos do novo Código Português das Sociedades Comerciais.

No período de abril a junho, o Curso de Direito Comparado Luso-Brasileiro, subordinado ao tema "Inovações do Direito Português e Brasileiro" contou com a valiosa cooperação de juristas brasileiros, versando matéria da maior atualidade, inclusive a disciplina jurídica da inseminação artificial e dos bancos de sémen, objeto de legislação recente de Portugal. Esta matéria mereceu grande destaque no Curso, com o painel presidido pelo Senador NELSON CARNEIRO e a participação como expositores da Professora TANIA DE CAMPOS MELO, do Ginecologista Dr. FERNANDO PEDROSA e do Padre AUDÁLIO NEVES.

Em setembro, teve lugar mais um notável congresso, com a participação de juristas, professores universitários portugueses e brasileiros, subordinado ao tema "Os Direitos Fundamentais do Homem", que atraiu ao Centro de Convenções do Hotel Glória, centenas de participantes de vários pontos do Brasil.